

## SUMÁRIO EXECUTIVO

# INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS ESTUDANTES: UM ESTUDO DE CASO EM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL NA CIDADE DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

# INCLUSÃO PRODUTIVA DE JOVENS ESTUDANTES: UM ESTUDO DE CASO EM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL NA CIDADE DE SÃO PAULO.

FRIDA MARINA FISCHER<sup>1</sup>, ANDRÉA APARECIDA DA LUZ <sup>1</sup>

<sup>1</sup> DEPARTAMENTO DE SAÚDE AMBIENTAL, FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## RESUMO

---

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) por meio de várias instâncias e parcerias vêm promovendo várias ações envolvendo numerosas instituições- públicas, privadas, religiosas, sindicais, sociais, entre outras. Na tentativa de construir soluções coletivas e produzir significativos resultados na inclusão social, buscaram-se melhorias na qualidade de vida, que entre os vários indicadores, pode traduzir-se em boa qualidade na alimentação, adequada moradia, qualidade na educação dos jovens. A inclusão produtiva é um dos pilares a contribuir para que a população possa ter condições de assumir efetivamente a plena cidadania, com direito a adequada condição de vida e saúde. O presente estudo teve como objetivo analisar e descrever formas de Inclusão Produtiva e suas repercussões na vida de jovens estudantes, após seu ingresso no mercado de trabalho. O estudo foi realizado com jovens participantes de programas de inserção no trabalho, de uma Organização Não Governamental. A organização está situada na zona sul de São Paulo, SP, Jardim São Luís, área que se caracteriza por residentes com baixa renda familiar. Os dados foram coletados utilizando-se metodologia qualitativa. Foram realizadas duas etapas. A primeira etapa do estudo (antes do ingresso no trabalho) foi composta por 2 entrevistas e 3 grupos focais com jovens e seus responsáveis legais. Todos os participantes responderam a um questionário para caracterização socioeconômico-demográfica. Na segunda etapa foram realizados 4 grupos focais - pais e jovens). Os resultados mostraram importantes diferenças nos relatos dos jovens, sendo que houve destaque para aspectos positivos (aumento da renda, melhoria da alimentação para a família, experiência profissional) e negativos (menor disponibilidade de tempo para estudar, dormir, descansar, participar de atividades de lazer, além da pior alimentação individual nos dias de trabalho). Programas diferenciados de geração de renda como o de "Aprendizagem e Estágio do Trabalho Educativo" podem auxiliar na expansão da inclusão produtiva, à medida que esses programas promovem o acesso ao mercado de trabalho, fortalecendo a renda per capita da família. Entretanto, há que considerar os custos para os jovens, da inclusão precoce no mercado de trabalho.

Jovem trabalhador, inclusão produtiva, aprendizagem profissional, estágio do trabalho educativo, sintomas de saúde.

Esta está situada na zona sul de São Paulo, SP, Jardim São Luís, área que se caracteriza por residentes com baixa renda familiar. Os dados foram coletados utilizando-se metodologia qualitativa e questionário para caracterização sociodemográfico. Utilizou-se a técnica de grupo focal. Foram entrevistados jovens acompanhados por pais ou responsáveis, antes e após sua inclusão produtiva. Os resultados mostraram importantes diferenças nos relatos dos jovens, sendo que houve aspectos positivos (aumento da renda, melhoria da alimentação para a família, etc), e negativos (menor disponibilidade de tempo para estudar, dormir, descansar, e em atividades de lazer, pior alimentação individual nos dias de trabalho). Programas diferenciados de geração de renda como o de "Aprendizagem e Estágio do Trabalho Educativo" podem auxiliar na expansão da inclusão produtiva, à medida que esses programas promovem o acesso ao mercado de trabalho, fortalecendo a renda per capita da família. Entretanto, há que considerar os custos para os jovens, da inclusão precoce no mercado de trabalho.

## INTRODUÇÃO

### Juventude e trabalho na sociedade contemporânea

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2011), cerca de 62 milhões de jovens entre 15 e 17 anos, no mundo, estão inseridos em atividades produtivas e de trabalho formal e informal. No Brasil, aproximadamente 18 milhões de jovens estão inseridos no mercado de trabalho (IBGE, 2009). Em 2011, nas capitais: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre o número de jovens trabalhadores, com mesma faixa etária representavam 17,2% da população economicamente ativa dessas cidades. Contudo, nas mesmas capitais, concentra-se um grande número desses jovens desempregados, totalizando 41,6% (IBGE, 2011). Para os jovens pertencentes a famílias de baixa renda a dificuldade para ingressar no trabalho é ainda maior (DIEESE, 2006).

Mediante essas circunstâncias, os jovens se deparam com a necessidade de ingressar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, em busca de melhorias das condições financeiras pessoais e da família e de adquirir experiência profissional (FISCHER et al., 2003; LUZ, 2010).

Esferas políticas e governamentais estão envolvidas com o objetivo de promover projetos de inclusão produtiva à população. Segundo CASTRO et al. (2010) persiste um discurso que o Programa Bolsa Família deveria fazer a ponte entre os projetos de inclusão produtiva e seus beneficiários. De acordo com esses autores atribuir essa responsabilidade a um só programa pode comprometer os objetivos essenciais do próprio programa Bolsa Família.

“OBolsaFamília é um programa de transferência direta de renda com condiciona- lidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra oFome Zeroque tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. O Programa atende mais de 13 milhões de famílias em todo território nacional. A depender da rendafamiliar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32,00 a R\$ 306,00” (MDS, 2012).

Mediante esse contexto há necessidade de ampliar esforços e iniciativas que garantam a população, tida com a premissa de vulnerabilidade social, meios de superação da pobreza, inserção social e inclusão produtiva (CASTRO et. al., 2010). Nesse sentido, apesar das dificuldades observadas para a obtenção de empregos, notadamente, para a população jovem, o Governo Brasileiro tem reconhecido a importância do ingresso no trabalho para essa população, criando leis e programas socioeconômicos direcionados à juventude brasileira no intuito de se promover inclusão produtiva, erradicar o trabalho infantil e proteger o jovem trabalhador. Dentre elas, destacam-se neste estudo:

- Lei nº 10.097/2000– A Lei da Aprendizagem Profissional, trata das relações jurídicas pertinentes à contratação de aprendizes, garantindo seus direitos trabalhistas e previdenciários, além do direito ao acesso e frequência à escola (BRASIL, 2000).

- Lei 8.069/2000 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - O Art. 68 descreve que o programa social que tenha por base o trabalho educativo, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada, como exemplificado: Parágrafo 1º “Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo” (BRASIL, 1990).

São muitas as estratégias atualmente empregadas na mobilização pela inserção social e no trabalho de jovens, com a criação de leis e programas que permitem formas alternativas de inclusão produtiva em busca de melhorias da condição financeira pessoal e da família. Reconhecer essa realidade e fomentar esse potencial inclusivo, até mesmo pela capacidade desses programas de gerar e distribuir renda e proteção social deve ser uma tarefa constante na aplicação e formulação de políticas públicas específicas para a juventude (IPEA, 2008).

## **Políticas públicas, trabalho e juventude no Brasil**

A juventude pode ser compreendida como um processo de construção social, histórica e de desenvolvimento biológico e psíquico (PERALVA, 1997).

Para uma melhor compreensão da faixa etária que abrange o período da Juventude, utilizaremos o ciclo etário definido pela Organização das Nações Unidas-UNESCO (2004), entre 15 e 29 anos.

De acordo com MENDONÇA (2002), a concepção da criança e do jovem como seres em desenvolvimento no mundo moderno, foi resultado de um longo processo que envolveu transformações na organização social, desde o ponto de vista da esfera da família até as Políticas Públicas. Assim, essa autora aponta que a infância e juventude na perspectiva de grupos socialmente construídos, permitiram a adoção de práticas sociais condutoras de formação de identidade sociocultural infanto-juvenil, somando à agenda das políticas públicas e sociais, cuidados mais abrangentes em relação à formação pessoal, educação e saúde dessa população.

No âmbito internacional, algumas práticas específicas, incluindo a faixa etária infanto-juvenil, estão incluídas nas agendas governamentais e de desenvolvimento social, quais sejam: direito a educação, saúde, moradia, alimentação, entre outros aspectos da atenção integral à infância e juventude (OIT, 2004).

Na Europa e nos Estados Unidos, a formulação de Políticas para a Juventude é apresentada no decorrer do século XX, marcada pela criação de leis e instituições governamentais de atendimento específico infanto-juvenil. Na América Latina, a preocupação com os jovens e com políticas direcionadas a essa população ganhou representatividade a partir da década de 1970, com iniciativas de algumas instituições latino-americanas e mundiais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e ações de cooperação regional Ibero-americana (KERBAUY, 2005).

Em nível mundial, outros estudos apontam uma preocupação com a Juventude nas agendas políticas desde a década de 1950, com maior investimento na educação como aspecto importante para a inclusão dos jovens aos processos de globalização e inserção social. Os resultados dessas pesquisas apontam para uma estatística representativa de inserção de jovens na escola e o Estado como instância responsável pela garantia ao acesso à educação (MENDONÇA, 2002).

No Brasil, o debate sobre políticas infanto-juvenil apresenta como um dos seus marcos histórico-institucionais, a Lei nº 8.069 de 1990, que trata da redação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Esta mobiliza diversos setores da sociedade e novas práticas de atenção integral à infância, adolescência e juventude (BATISTA, 2009). De acordo com essa Lei considera-se criança a faixa etária entre zero a 12 anos e adolescência (também compreendida no período adotado para juventude neste estudo) entre 12 e 18 anos (BRASIL, 1990).

A partir da publicação do ECA (1990), passou-se a considerar na perspectiva da juventude (compreendendo infância e adolescência), etapas distintas da vida em processo de desenvolvimento físico e psíquico, com garantias à cidadania.

A constituição de políticas públicas de juventude esbarra na ausência de uma agenda que inclua, de fato, os próprios jovens como participantes do processo de construção de práticas relacionadas aos problemas da juventude, dos quais serão beneficiários (KERBAUY, 2005).

De acordo com ABRAMO (1997), essa perspectiva coloca o jovem em uma posição antagônica à da vida adulta e com a necessidade de ser preparado para ser tornar um adulto produtivo, responsável pelo seu futuro pessoal e profissional, e pelo progresso nacional. Dessa forma, o foco das políticas para jovens dirige-se, então, para a ocupação produtiva do tempo livre, a educação e a profissionalização dessa população.

SPOSITO e CARRANO (2003) apontam em seus estudos sobre a juventude e políticas públicas no Brasil quatro pontos importantes e que marcaram os distintos modelos de políticas direcionadas à juventude na contemporaneidade, quais sejam, a ampliação da educação e a ocupação do tempo livre, o controle social de setores juvenis, o enfrentamento da pobreza e a prevenção de delitos e a inserção laboral de jovens socialmente excluídos.

Mediante esse contexto, o foco das políticas públicas, atualmente, busca delinear uma "juventude" ocupada e em plena produtividade, dinâmica e que contribua com o desenvolvimento social e econômico no país, assim, resignificando a juventude como um "ator" estratégico no desenvolvimento e não como conotação "problemática" (IPEA, 2008).

Em relação à ocupação produtiva do tempo livre e inserção no mercado de trabalho, BATISTA (2009) aponta que, tradicionalmente, os estudos apresentam a condição juvenil como passagem para a vida adulta e com especificidades relacionadas ao comportamento e a vulnerabilidade a qual o jovem está exposto - marginalidade, uso de drogas, delitos, entre outros - e a mudança desse cenário está diretamente ligada ao ingresso no trabalho. Entretanto, no processo para ingressar

no mercado de trabalho os jovens se deparam com as exigências da capacitação, da experiência, desemprego, trabalho informal e precário (SPOSITO e CARRANO, 2003). As transformações nas esferas do trabalho nas últimas décadas, refletidas nos quadros atuais de desemprego e falta de qualificação, inserem novos desafios e complexidades à Juventude, em relação concomitância entre escola, educação, capacitação profissional e necessidades financeiras pessoais dos jovens e da família (BATISTA, 2009).

Nesse sentido, algumas ações em nível mundial, das políticas públicas direcionadas ao trabalho de jovens destinam-se à proteção dos direitos trabalhistas, a garantia e frequência à escola e ao desenvolvimento de atividades práticas no mercado de trabalho (OIT, 2004; IPEA, 2008).

### **Inclusão Produtiva, escola e saúde de jovens em São Paulo**

A inserção de jovens no mercado de trabalho foi analisada por vários autores. Destacamos os estudos de FISCHER ET AL, 2003, 2006; TEIXEIRA ET AL, 2004, 2007; LUZ, 2010, TURTE, 2012. Nestas publicações foram observadas várias repercussões na saúde e qualidade de vida dos jovens estudantes trabalhadores. O ingresso precoce em atividades laborais somando-se a frequência à escola, principalmente no período noturno, está relacionado com sobrecarga de atividades levando a débitos importantes de sono durante a semana, sonolência excessiva durante as aulas, falta de tempo para estudar e para atividades físicas e de lazer, dificuldades para alimentar-se adequadamente; somam-se queixas frequentes de dores no corpo, cansaço físico e desgaste mental (estresse), incluindo a violência psicológica no trabalho. Vários estudos apontam consequências negativas para o desenvolvimento físico e psicossocial de jovens inseridos precocemente no trabalho. Conforme mencionado acima a competição entre atividades de trabalho, extracurriculares, domiciliares e escolares, podem causar conflitos ao jovem na administração destes eventos, o que impede o jovem de dedicar-se a atividades lúdicas e sociais condizentes com sua idade, contribuindo para um isolamento social, dos pares e da família. Além disso, a sobrecarga de atividades contribui para o comprometimento do desenvolvimento acadêmico do jovem (FISCHER et al, 2003; OLIVEIRA et al., 2006). Em recente trabalho de SANTANA et al, (2011) foi evidenciado que os jovens estão muito mais suscetíveis aos acidentes de trabalho do que os adultos (SANTANA, 2011).

Embora a faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, seja um período importante para a conclusão da formação escolar e para o ingresso na vida profissional, a maioria dos jovens que trabalha não consegue conciliar a formação escolar e profissional (VIEIRA, 2001). Dessa forma, a diminuição da evasão escolar também é um fator importante para proteção do adolescente trabalhador. Segundo o Anuário dos Trabalhadores (DIEESE, 2007) a porcentagem de jovens que não estudam e são trabalhadores e/ou estão procurando emprego é significativa, representando 50,6% do total dos jovens de regiões metropolitanas do estado de São Paulo, a maior porcentagem comparada a outros estados brasileiros (Tabela 1).

**Tabela 1: Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos, segundo situação de trabalho e estudo – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2006 (em %)**

SITUAÇÃO DE TRABALHO E ESTUDO	SÃO PAULO	PORTO ALEGRE	BELO HORIZONTE	SALVADOR	RECIFE	DISTRITO FEDERAL
SÓ ESTUDA	13,6	20,4	21,8	23,3	28,4	17,9
ESTUDA E TRABALHA E/OU PROCURA TRABALHO	25,3	23,8	25,3	26,4	20,0	28,1
SÓ TRABALHA E/OU PROCURA	50,6	45,1	44,4	40,0	35,7	44,8
APENAS CUIDA DOS AFAZERES DOMÉSTICOS	4,9	5,1	4,0	3,4	5,8	3,2
OUTROS	4,5	5,6	4,5	7,0	10,0	5,9
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: DIEESE/SEADE, MTE/FAT e CONVÊNIO REGIONAIS. PED – PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO, 2007.

Em busca de melhores condições financeiras e inserção social por meio do ingresso no trabalho, os jovens se deparam com a necessidade de trabalhar e estudar concomitantemente (FISCHER et al., 2003). Além disso, encontram os desafios do próprio ambiente de trabalho, que, em virtude das mudanças ocorridas na economia mundial, tem exigido um perfil profissional polivalente e multifuncional (ANTUNES, 2007). Inserido nessas mudanças, o trabalhador enfrenta os desafios do aumento da competitividade e produtividade no mercado de trabalho e entre os próprios colegas no ambiente profissional, com maiores exigências de suas habilidades e competências (GOMES e COSTA, 1999).

Mediante o crescente número de jovens inseridos no mercado de trabalho, torna-se importante a avaliação das condições de inserção e das repercussões da inclusão produtiva na vida de jovens estudantes. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) por meio de diferentes instâncias – públicas, privadas, religiosas, sindicais, sociais, entre outras – vêm promovendo várias ações de inclusão produtiva para combater à fome e à miséria. Na tentativa de construir soluções coletivas o Governo Brasileiro tem criado leis e programas que promovem a inserção social e produtiva de jovens e adolescentes estudantes, tais como, a Lei 10.097/2000 e Lei 8.069/1990.

A inclusão produtiva é uma estratégia fundamental a ser adotada para que a população possa ter condições de assumir efetivamente a plena cidadania, com direito a adequadas condições de vida e saúde (CAMPOS, 2007). Contudo, resultados de vários estudos nas últimas décadas mostraram as repercussões negativas da inclusão produtiva na saúde e no desempenho escolar de jovens estudantes (FRANKLIN et al., 2001; TEIXEIRA et al., 2004; NAGAI et al., 2007; GALASSO e FISCHER, 2005; AMAZARRAY, et al., 2009, LUZ, 2010).

A avaliação das repercussões da inclusão produtiva na vida de jovens estudantes poderá auxiliar na implementação de leis e programas destinados a inserção da juventude no mercado de trabalho. Uma vez que, quando aliados, MDS e Ministé-

rio do Trabalho e Emprego (MTE) visam proporcionar inclusão produtiva aos jovens com o objetivo de promover a inclusão social bem como tornar mais digna as condições de vida da população.

## OBJETIVO GERAL

---

Analisar e descrever formas de Inclusão Produtiva e suas repercussões na vida de jovens estudantes.

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar por meio dos relatos dos participantes aspectos relacionados ao ingresso no mercado de trabalho dos jovens.
- Conhecer as formas de inclusão produtiva dos participantes e a composição da renda familiar antes e após inserção dos jovens no trabalho.
- Analisar e descrever as percepções dos jovens e de seus responsáveis legais sobre mudanças ocorridas, na vida individual e familiar, após inclusão produtiva do jovem.

## MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

---

### LOCAL E POPULAÇÃO DO ESTUDO

O estudo foi realizado numa Organização Não Governamental (ONG) situada na região Sul de São Paulo, Capital, que tem como objetivo a preparação profissional, encaminhamento e colocação de jovens no mercado de trabalho.

A ONG oferece um curso de "Preparação para o trabalho" de 600 horas a cada semestre. Após o término do curso preparatório o jovem é encaminhado e pode ser contratado, por empresas parceiras da instituição, por até dois anos na condição de Aprendiz do Programa de Aprendizagem ou como Estagiário do Programa Estágio do Trabalho Educativo. Desde a contratação até a finalização do contrato de trabalho, os jovens são acompanhados pelos profissionais da ONG. O curso de preparação para o trabalho oferecido nesta ONG segue as diretrizes estabelecidas pela legislação da Lei da Aprendizagem (Portaria 615, Decreto no. 5.598/2000) e artigo 68 do ECA. Portanto, estão inclusos no programa de preparação para o trabalho nesta ONG, entre outros, os seguintes itens: preenchimento de currículos, postura profissional durante e após seleção, temas relativos à segurança e direitos do jovem trabalhador, oficinas de saúde, idiomas, técnicas administrativas, relações humanas no trabalho, lógica e matemática, informática, dinâmica de grupo, comunicação oral e escrita.

A inserção dos jovens no trabalho se faz a partir de encaminhamentos da ONG para as empresas parceiras das regiões sul, centro e oeste de São Paulo.

## Composição dos grupos participantes e critérios de inclusão

**Grupo 1 (G1):** Jovens integrantes do curso preparatório para o trabalho no primeiro semestre de 2011.

**Grupo (G2):** Jovens do G1 contratados na condição de Aprendiz ao final do curso preparatório.

**Grupo (G3):** Jovens do G1 contratados na condição de Estagiário ao final do curso preparatório.

**Grupo (G4):** Pais e/ou responsável legal pelo jovem participante.

### Critérios de inclusão no estudo

Dos 120 jovens que concluíram o curso preparatório ao final do mês de junho de 2011, 30 foram encaminhados para o mercado de trabalho entre julho e agosto de 2011. Destes, 20 aceitaram participar deste estudo, acompanhados do pai, mãe e/ou responsável legal. Foi feito contato pessoal com os jovens encaminhados ao trabalho no período citado.

### Pré-teste

Foi realizado um pré-teste com todos instrumentos (roteiro de entrevista e grupo focal, questionário sobre condições socioeconômico e demográficas, e de saúde) com população semelhante a do estudo, ou seja, de jovens entre 14 e 20 anos, acompanhados dos pais (ou responsáveis), visando avaliar a adequação da condução dos instrumentos. Observou-se que, tanto no grupo focal, entrevista quanto no preenchimento do questionário, pais e jovens não apresentaram nenhum sinal de descontentamento ou constrangimentos por estarem juntos participando; ao contrário, colocaram-se à disposição do pesquisador nas discussões e reflexões acerca da temática "Inclusão Produtiva de jovens estudantes".

### Procedimentos para a coleta de dados

A coleta de dados foi realizada entre os meses de junho a novembro de 2011.

Foram utilizadas diferentes técnicas para a coleta, tais como: grupos focais, entrevistas individuais e aplicação de questionário. A coleta de dados foi realizada em duas etapas, apresentadas a seguir:

Etapa 1: Foram incluídos na pesquisa 20 jovens – (G1), entre 14 e 20 anos, que estudavam no período noturno (escola pública, curso técnico ou faculdade) participantes do programa de preparação para o trabalho e que estavam sendo encaminhados para empresas contratantes na condição de aprendiz (G2) ou estagiário (G3), todos acompanhados de pai, mãe ou responsável legal (G4).

Tanto os jovens quanto os pais/responsável foram convidados para participar do estudo. Uma breve explicação dos instrumentos e a finalidade do estudo foram apresentadas ao início de cada encontro. Os jovens juntamente com seus pais ou responsável legal aceitaram participar do estudo assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa COEP da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Todos os encontros foram realizados em sala reservada na própria ONG. Durante todo o processo de coleta de dados os pesquisadores se colocaram à disposição para esclarecer eventuais dúvidas e questionamentos. No momento da realização das entrevistas e dos grupos focais com roteiro semi estruturado, foi reiterado aos participantes sobre o sigilo das informações e do uso do gravador de voz durante o período da entrevista. As entrevistas foram gravadas.

**Grupos Focais:** Para a realização dos grupos focais utilizou-se como referencial teórico GONDIM (2002) e GATTI (2005), que apontam o grupo focal como uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade, e é também utilizado como recurso para compreender o processo de construção de percepção de grupos. De acordo com esses autores, o tamanho do grupo é um importante aspecto a ser abordado neste trabalho: o número convencional varia de quatro a dez pessoas, ou seja, o tamanho do grupo não deve ser grande para possibilitar a participação de todos.

Dessa forma, foram realizados 3 grupos focais com 05 jovens (G1) em cada grupo e acompanhados pelo pai/mãe ou responsável (G4) 1 grupo com 3 jovens acompanhados (G4) e duas entrevistas com 01 jovem em cada uma e acompanhado (G4) A entrevista foi realizada com os participantes em que os pais não puderam comparecer no dia e horário marcados para os grupos focais, neste caso optou-se pela entrevista. Para a condução do grupo participaram 1 moderadora (uma bolsista de nível superior DTI) e 1 redatora (bolsista PIBIC). As reuniões com os grupos focais foram gravadas.

**Questionário:** Após a realização das entrevistas e dos grupos focais, os jovens e pais/responsável preencheram o questionário para a caracterização sócio-econômico-demográfica, aspectos da escola e sintomas de saúde.

**Etapa 2:** Foi constituída pelos participantes do G1 da Etapa1, que foram contratados e estavam trabalhando havia dois meses (G2 e G3), e acompanhados (G4).

Dos 20 participantes da Etapa 1, 11 foram contratados na condição de Aprendizes e 06 na condição de Estagiários. Três participantes da primeira etapa de coleta de dados – não ingressaram no trabalho.

**Grupos focais:** Foram realizados 4 grupos focais com os jovens do Grupo 2 e 3 acompanhados (G4). Foram abordadas algumas questões (retomadas do roteiro da etapa 1) para verificar quais mudanças ocorreram na vida familiar e individual do jovem após 2 meses de trabalho.

**Questionário:** Todos os participantes desta etapa preencheram novamente o questionário da Etapa 1, no intuito de identificar possíveis mudanças após a inclusão produtiva do jovem.

## **Análises dos dados**

### **Grupos focais e entrevistas individuais**

Tanto o conteúdo das entrevistas quanto dos grupos focais foi transcrito integralmente valorizando as falas e expressões dos participantes, segundo recomendação de GUERRA (2008). Para a análise do material empírico utilizou-se a análise temática respaldada na Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009). Para operacionalizar essa técnica foram necessárias três etapas:

**Etapa 1:** Leitura e escolha do material a ser analisado em profundidade mediante regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência do conteúdo do material em relação as hipóteses e aos objetivos do estudo.

**Etapa 2:** Escolha da categoria analítica "Inclusão Produtiva de jovens estudantes", que possibilitou a exploração e integração de 3 novos temas:

**Tema1:** Inserção de jovens no mercado de trabalho.

**Tema 2:** Aspectos sócioeconômico-demográficos.

**Tema 3:** Inserção produtiva X Sobrecarga de trabalho.

**Etapa 3:** Consistiu na classificação dos elementos segundo suas semelhanças, diferenciação e articulação com o referencial teórico existente sobre a temática

### **Questionários**

Foram realizadas análises descritivas dos aspectos sócioeconômico-demográficos (idade, escolaridade, situação conjugal, presença/número de filhos, renda per capita familiar e salário do jovem), aspectos relacionados à escola (nota para o desempenho acadêmico antes e após inclusão produtiva, sono e frequência às aulas), sintomas de saúde (alimentação, saúde nos últimos 30 dias, nota para a saúde antes e após inclusão produtiva, IMC).

# RESULTADOS E DISCUSSÃO

## Tema 1: Inserção de Jovens no Mercado de Trabalho

Identificou-se que, além das necessidades financeiras pessoais e da família haviam outros fatores relacionados às expectativas e motivos pela busca da inclusão produtiva do jovem, tais como: aquisição de experiência profissional, exigências da família para se ocupar, necessidade de inserção social, o trabalho como veículo para ingressar na faculdade.

E eu quero aprender mais, e quero bancar meus estudos, sem atrapalhar no orçamento de casa, quero investir em mim, quero fazer uma faculdade futuramente. (Jovem, 17 anos, feminino, encaminhada como aprendiz)

Eu incentivo porque tudo hoje é mais fácil. Eu comecei a trabalhar muito cedo na roça, no pesado, plantando e colhendo junto com o meu pai, era pequeninha. Era meio período na roça e meio período na escola, às vezes não aguentava. Então eu do valor ao serviço, e a pessoa que começa a trabalhar cedo começa a dar valor ao seu dinheiro, começa a dar valor mais a vida também. (mãe de uma jovem de 17 anos)

No caso do meu filho, incentivei por causa do tempo ocioso dele. Tempo que precisa ser preenchido, é um dos motivos. Como ele ainda não vai fazer faculdade, ele vai preencher o tempo dele trabalhando e tendo experiência. Porque o que a gente fala sempre, que trabalhar só pra ganhar salário baixo, não é compensador, precisa se preparar, pra ter um salário adequado, uma qualidade de vida adequada. (pai de um jovem de 18 anos)

## Tema 2: Aspectos socioeconômicos e demográficos

**Tabela 1:** Distribuição dos jovens, segundo sexo, idade e escolaridade, São Paulo, 2011.

SEXO, IDADE E ESCOLARIDADE	JOVENS	%
SEXO MASCULINO	10	50
SEXO FEMININO	10	50
IDADE (14-18)	16	80
IDADE > 18 ANOS	04	20
ENSINO MÉDIO	19	95
SUPERIOR OU TECNÓLOGO	01	05

FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2011.

A maioria dos participantes residia em bairros na periferia da região sul de São Paulo, alguns são considerados perigosos para os jovens devido ao índice de violência, criminalidade, tráfico de drogas e número de mortes por causas externas nesta faixa etária (PROAIM, 2010). Além disso, observou-se que 55% dos jovens deslocavam-se de bairros distantes da ONG, devido a necessidade de frequentar um curso gratuito de capacitação profissional, não disponíveis onde moravam.

Outros aspectos relacionados ao bairro onde residiam foram apontados por 85% dos participantes, tais como: criminalidade, uso e tráfico de drogas, ausência de espaços para realização de atividades esportivas e lúdicas pertinentes à juventude.

### Atividades dos Pais

A maioria dos pais trabalhava em atividades com baixa remuneração, tais como, diarista, porteiro, funileiro, pintor, segurança, professora, camareira, balconista; 10% relataram estar desempregados. A baixa renda familiar contribuiu para que os jovens procurassem o curso de capacitação para ingressar no mercado de trabalho na adolescência, mesmo que concomitante com os estudos. Outro aspecto importante observado foi que, 15% dos participantes relataram não conhecer o pai biológico e 10% relatou não conhecer a mãe biológica ou esta já havia falecido.

### Renda familiar e do jovem antes e após inserção no trabalho

A maioria das famílias dos participantes (65%) relatou auferir entre 1 e 3 salários mínimos mensais antes do jovem começar a trabalhar. Após inserção do jovem no mercado de trabalho, duas famílias relataram alteração na categoria da renda familiar, de 4-6 para 7-8 salários mínimos mensais, a seguir na Tabela 2.

**Tabela 2:** Distribuição da renda familiar, antes e depois da inserção do jovem no trabalho. São Paulo, 2011

SALÁRIO MÍNIMO*	ANTES**	%	DEPOIS***	%
DE 01 A 03	13	65	10	59
DE 04 A 06	07	35	05	29
DE 07 A 08	00	00	02	12
TOTAL	20	100	17	100

\*BASE SALÁRIO MÍNIMO FEDERAL R\$545,00 \*\*ANTES DO TRABALHO \*\*\* DEPOIS DE 2 MESES NO TRABALHO ; FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, SÃO PAULO, CAPITAL, 2011.

Em relação à renda per capita na família, 45% referiu ter entre R\$90,00 a R\$ 272,50, 35% entre R\$300,00 a R\$ 400,00 e 20% de 500,00. Após inserção produtiva do jovem, a maioria (65%) relatou a renda per capita entre R\$100,00 e 272,50, 30% entre R\$300,00 a R\$400,00 e 5% de 500,00. As alterações foram decorrentes da "não participação" de 3 jovens pois estes não estavam trabalhando na segunda etapa da pesquisa, e se encontravam entre os grupos que referiram entre R\$300,00-R\$500,00 na primeira etapa. Além disso, um pai e uma mãe (duas famílias distintas), relataram estarem desempregados no momento da segunda etapa do estudo. A maioria das

famílias relatou a renda per capita entre R\$100,00 e 272,50 mensais após inserção do jovem no trabalho, ou seja, aumentou a renda per capita.

A contribuição financeira efetiva mensal foi mencionada por 88% dos jovens aprendizes e estagiários. Os jovens chegam a contribuir com 50% ou mais do seu salário para auxiliar nas despesas da casa. A maioria relatou ajudar a pagar as contas de água, luz, telefone ou compras no supermercado.

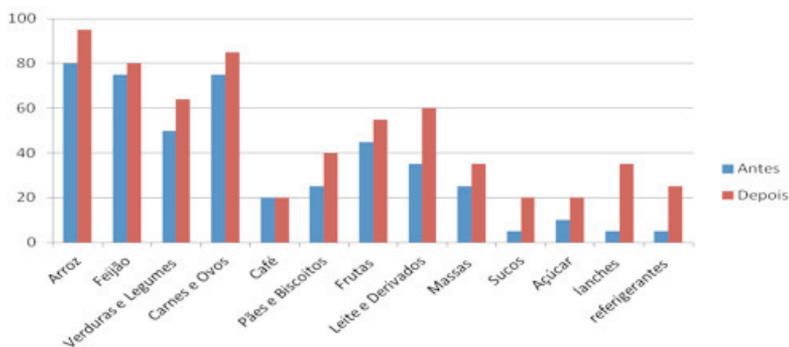
A contribuição do jovem com algum rendimento do seu salário para complementar a renda familiar também foi avaliada por FACCHINI et al.(2003). Em estudo com crianças e adolescentes trabalhadores em Pelotas, RS, esses pesquisadores identificaram que, quanto menor o rendimento financeiro dos adultos na família, maior é a proporção de contribuição das crianças e adolescentes na composição financeira da casa.

Em relação à renda per capita da família: 45% referiu ter entre R\$90,00 a R\$ 190,00, 35% entre R\$300,00 a R\$ 400,00 e 20% de R\$500,00. Após inserção produtiva do jovem, a maioria (65%) relatou a renda per capita entre R\$100,00 e 272,50, 30% entre R\$300,00 a R\$400,00 e 5% de R\$ 500,00. As alterações foram decorrentes da "não participação" de 3 jovens que não estavam trabalhando na segunda etapa da pesquisa, esses participantes estavam entre os grupos que referiram entre R\$300,00-R500,00 na primeira etapa. Além disso, um pai e uma mãe relataram estar desempregados no momento da segunda etapa do estudo. Contudo, a maioria manteve a renda per capita entre R\$100,00 e R\$ 272,50 mensais.

## INCLUSÃO PRODUTIVA X CONSUMO

A maioria dos participantes relatou melhora no consumo de vários alimentos, notadamente na aquisição de: arroz, carnes e ovos, frutas, leite e derivados e verduras e legumes. Estes alimentos são importantes para a família, principalmente, para o jovem em fase de desenvolvimento. Figura 1.

**FIGURA 1: CONSUMO DE ALIMENTOS ANTES E DEPOIS DA INSERÇÃO NO TRABALHO DOS JOVENS. SÃO PAULO, 2011.**



FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2011.

Os participantes também relataram melhora no consumo de alguns alimentos devido ao acesso a cestas básicas, cedidas pelas empresas contratantes como benefício aos funcionários.

Ela trabalhando agora tá bom. A gente tá conseguindo colocar algumas contas em dia; e outra que ela tem a cesta básica do trabalho, ajudou bastante na feira de casa. (Mãe aprendiz, feminino, 17 anos)

Eu tô ajudando na compra do mês, porque eu ganho VR e dou tudo pra minha mãe, pro supermercado do mês. (Jovem após 2 meses de trabalho como estagiário, 17 anos, masculino)

Em relação às diferentes formas de inclusão produtiva com o objetivo de combater a fome, foi perguntado aos participantes se eles conheciam ou já utilizaram algum serviço/programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no intuito de identificar se as famílias eram usuárias dos programas ou se deixaram de utilizar o serviço devido ao ingresso do jovem no mercado de trabalho. Observou-se que a maioria dos participantes não era usuário, ou utilizou-se do programa quando os filhos eram pequenos (antes dos 10 anos de idade).

Eu me cadastrei faz um tempo. Eu precisava, eles eram pequenos, meu marido desempregado, mas não consegui. Na época disseram que o cadastro tava errado, fui na prefeitura e levei os documentos, mas nunca mais falaram nada. (mãe – filho 15 anos)

Eu me cadastrei na época(da implantação do bolsa-família, 2004), que eles eram menores, mas nunca fui contemplada. Não tive resposta e eu também deixei pra lá. (mãe – filha 17 anos)

Eu desacredito desses planos do governo, porque as vezes você vê pessoas que realmente tem necessidade e não conseguem e outras que não precisam conseguem. Por isso nunca me cadastrei. (mãe – filha 16 anos)

Já ouvi falar, mas não sei como usar esse programa. Não sei nem onde tem que ir procurar. (Pai – filho 15 anos)

A gente usou só quando eles eram pequenos, mas só um ano, depois tinha que cadastrar de novo e era na Barra Funda, era muito longe, aí a gente não usou mais. (Pai – filho 17 anos)

## MUDANÇAS DOS ASPECTOS FINANCEIROS

Antes do ingresso dos jovens no trabalho, tanto os pais quanto os próprios jovens relataram não ter dinheiro ou ter dificuldades para pagar, no último ano, contas como: aluguel ou prestação da casa em que moravam, comprar remédios ou ter que pagar consultas médicas particulares, falta de dinheiro para utilizar transporte público para ir para a escola e para o curso e para fazer ou participar de atividades de lazer – cinema, parques, teatros entre outros. A aquisição de vestuário, como roupas e calçados também foi apontada como um aspecto difícil antes do jovem ter sua própria renda e comprar “suas coisas”, de acordo com os seguintes relatos:

Com ele trabalhando as coisas ficaram melhor em casa, ele tá pagando luz, água e as coisas dele, ajudou muito, desafogou um pouco. (Mãe - aprendiz, masculino, 15 anos)

### TEMA 3: INSERÇÃO PRODUTIVA X SOBRECARGA DE TRABALHO

Os jovens relataram diferentes perspectivas em relação às expectativas que tinham do primeiro emprego e o que de fato ocorreu após os 2 meses no trabalho.

A administração do tempo em relação a amigos, família, passeio, isso ficou muito apertado. Uma coisa que você fazia naturalmente antes que era ficar com os amigos agora é restrito, uma conquista. Sair mesmo, com meus pais, agora eu só vejo eles a noite e olhe lá. Tem dias que você chega e vai direto pra cama. (Jovem após 2 meses de trabalho, feminino, 17 anos, estagiária).

Parece que eu virei gente sabe? Fiquei importante. É verdade, na minha rua o pessoal que vende cosméticos, nunca tinha chegado perto, pra me vender nada. Agora que to trabalhando eles vêm me oferecer, vender. Ganhei crédito! (Jovem após 2 meses de trabalho, feminino, 17 anos, estagiária).

No meu caso acho que todo mundo deixou de me ver como criança, me veem como adulto. Por sinal, ontem eu tava contando pra minha mãe o que eu estava fazendo na empresa e ela falou:- você faz isso? Mas isso é um profissional que faz. Eu falei pra ela:- mãe eu não sou mais criança. Eu já tenho responsabilidade. Você acaba tendo mais moral em casa, ser reconhecido. (Jovem após 2 meses de trabalho, masculino, 17 anos, aprendiz).

Embora a inclusão produtiva tenha proporcionado aspectos positivos, como aquisição de vestuário, maior consumo de alimentos para a família, a constituição de uma identidade profissional, entre outros, também foram identificados os aspectos negativos nas repercussões da inclusão produtiva na vida dos jovens, notadamente na saúde e na escola. Quando avaliadas as condições de trabalho de jovens estudantes de uma escola pública, FISCHER et al. (2005) destacaram que, além dos estressores físicos do trabalho, também devem ser levados em consideração os fatores psicológicos. De acordo com esses pesquisadores em um estudo sobre controle e apoio social, as exigências psicológicas mostram-se associadas aos relatos dos adolescentes de dores no corpo, e a redução da duração do sono durante os dias da semana estão relacionadas à maior duração da jornada diária de trabalho.

TEIXEIRA et al. (2007), em estudo sobre privação do sono com jovens trabalhadores, ressalta que a dupla jornada, trabalhar e estudar, pode dificultar sua frequência à escola, acarretando problemas associados com o aprendizado escolar, baixo desempenho, perda de concentração, alerta e atenção. Segundo esses autores, observaram-se diferenças entre os grupos de trabalhadores e não-trabalhadores com relação à duração do sono e regularidade nos horários de dormir e acordar. Os trabalhadores tinham menor duração de sono e regularidade nos horários de dormir e acordar, o que indica que este grupo pode ter um baixo rendimento escolar.

As dificuldades apresentadas pelos jovens na administração da jornada dupla, trabalho e estudo, são resultados de uma rotina pesada e como consequência a interferência no desenvolvimento psíquico e sócio-cognitivo, fato que desrespeita os direitos como cidadão e da legislação trabalhista em vigor para o trabalho de jovens (OLIVEIRA et al., 2006).

Aspectos positivos no ingresso no trabalho foram também relatados neste e em outros estudos conduzidos. AMAZARRAY et al. (2009), LUZ (2010), identificaram por meio de relatos de jovens trabalhadores que estes sentem-se privilegiados por estarem inseridos no mercado de trabalho, adquirindo uma experiência profissional importante para o seu futuro. Os jovens vislumbram alcançar a felicidade através da atividade laboral. Segundo SARRIERA et al, o trabalho representa para esse grupo uma vida melhor, uma identidade, que acreditam que poderá levá-los ao próprio negócio, a um emprego estável, uma boa qualidade de vida e melhores condições de vida para si e seus familiares.

Segundo FRANKLIN (2001) os adolescentes estão mais suscetíveis aos riscos do trabalho. Alguns destes estão relacionados à imaturidade e inexperiência, distração e curiosidade naturais à idade, desconhecimento dos riscos físicos e psíquicos do trabalho, tarefas inadequadas a sua capacidade física, locais e instrumentos de trabalho desenhados para adultos.

Alguns participantes do estudo relataram que a saúde piorou após inclusão produtiva, no momento do início do trabalho registraram nota entre 8-9 para a sua saúde, após dois meses de trabalho, nota entre 4-5.

Os jovens relataram alguns sintomas de saúde associados às longas jornadas de trabalho, demanda de atividades profissionais, pessoais e escolares, tais como: dores musculares e alimentação inadequada.

Eu tô mais quebrado, eu sou Office boy. Ontem me mandaram andar a Zona Oeste e o Centro todinho. Andei demais. Lá em casa mudou bastante coisa, antes eu acordava tarde, ficava até tarde no MSN, agora tem que acordar 6h30 da manhã, pegar trem lotado, pegar metro lotado, chegar no trabalho, sair de lá 17h e a mesma coisa, pegar tudo lotado, ir pra escola, é muita responsabilidade. (Jovem após 2 meses de trabalho como estagiário, 17 anos, masculino)

Outra coisa que mudou é que eu fico o dia inteiro parada no computador, eu to com a mania de comprar um monte de besteira depois do almoço e ficar comendo à tarde. Mudou mesmo a alimentação e o tempo, eu também passei mal fiquei na enfermaria, porque a gente só come na rua, restaurante essas coisas, e você não sabe se a comida é de hoje ou de ontem. Eu só almoço e também não janto em casa, como alguma besteira na escola. (Jovem após 2 meses de trabalho como aprendiz, feminino)

Outro aspecto abordado em saúde foi o Índice de Massa Corporal IMC dos jovens antes e após 2 meses de trabalho. Os jovens foram pesados e medidos em sala reservada individualmente. Os dados foram calculados gerando um banco de dados. Para o cálculo do IMC utilizou-se a fórmula:  $IMC = \text{Peso (Kg)} / \text{Altura (m)}^2$ . Para a interpretação e análise desses dados utilizou-se a classificação do estado nutricional a partir do valor bruto de IMC (SISVAN, 2011).

Alguns jovens referiram perder peso devido à dupla jornada e falta de tempo para alimentar-se com regularidade durante o dia; outros mencionaram ter ganho peso devido ao acesso à alimentação fast food e outros alimentos como: lanches, chocolates, doces. Antes de trabalhar, não tinham dinheiro para comprá-los.

Eu engordei 4 kg, porque eu almoço uma marmita gigante. E não tenho tempo de jantar antes de ir pra escola. Aí na escola eu como pastel, cachorro quente, não janto. Acho que por isso eu engordei (Jovem após 2 meses de trabalho, 16 anos, masculino, estagiário)

Em artigo recentemente publicado por GORGULHO et al (2012) foi constatado que entre jovens universitários trabalhadores a nutrição é prejudicada. Calculado o Índice de Alimentação Saudável, (B-HEIR), observou-se um baixo escore R score (53.43,±7.81) indicando um risco de má qualidade da dieta, com elevada ingestão de sódio e açúcar e baixo consumo de frutas e grãos integrais. A má qualidade da dieta pode resultar em inadequado estado nutricional, que poderá aumentar o risco de obesidade, e precocemente, de doenças crônicas.

Os jovens relataram que a jornada dupla “trabalhar e estudar” simultaneamente prejudicou a frequência e seu desempenho na escola. Antes do ingresso no trabalho a maioria dos participantes (65%) referiu nota entre 7-8 para seu desempenho na escola, e após 2 meses no trabalho, 12% , destes relataram uma média menor - entre 4 e 6 (escala de 0 a 10). De acordo com os participantes, estudar e trabalhar concomitantemente prejudicou a frequência à escola. O tempo gasto entre o trabalho e a escola aliada às longas distâncias foram as consequências mais citadas.

Acho que foi toda a nossa rotina que mudou praticamente, virou de cabeça pra baixo. Que a gente teve que se esforçar bastante. Porque quando a gente sai do trabalho, a gente tenta ir para a escola. Porque tem o trânsito de sexta feira que complica bastante. Ai tem que decidir se vai pra escola ou não. No meu caso, como ontem mesmo, peguei bastante trânsito cheguei atrasado na escola. Praticamente chego sempre na segunda aula. (Jovem após 2 meses de trabalho, 17 anos, masculino, aprendiz)

Dificuldades para conciliar desempenho acadêmico e jornada de trabalho também foram apresentadas nos estudos de FISCHER et al (2003), TEIXEIRA et al (2004) e LUZ (2010).

A redução do período do sono foi mencionada por todos os participantes após a inclusão produtiva. De segunda-sexta feira nenhum jovem relatou dormir antes das 23h e a maioria relatou acordar antes das 5h da manhã. Os seguintes relatos ilustram muito bem essa situação, ou seja, redução do sono associada ao ingresso no trabalho.

Pra mim o que mais pesou nesses dois meses foi o sono, é difícil ficar acordado. No trabalho eu vivo a base de café, e na escola eu tomo uma lata de coca cola, chego em casa e no outro dia parece que eu nem dormi. No meu trabalho tem uma máquina de café, se eu pudesse colocava ela do lado do computador. (Jovem após 2 meses de trabalho, 17 anos, masculino, aprendiz).

Eu tenho tomado uns 7 ou 8 copos de café por dia. Eu chego no trabalho com muito sono, aí eu tomo um pouco de café pra ficar esperto e depois do almoço eu tomo mais porque também me dá bastante sono nesse horário (Jovem após 2 meses de trabalho, 17 anos, masculino, aprendiz).

Estes dados corroboram os publicados por FISCHER et al (2003). O fato de acordar mais cedo para trabalhar e ir dormir mais tarde por estudar estão associados a uma privação parcial do sono em jovens trabalhadores. A privação parcial do sono noturno durante os dias da semana também pode interferir no rendimento escolar e na qualificação profissional do jovem.

## **DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

KERBAUY (2005) destaca que apesar do surgimento de políticas públicas direcionadas à juventude, essas ainda estão circunscritas às instituições escolares e da família, com enfoque maior na situação de "risco e vulnerabilidade de jovens na sociedade". De acordo com essa autora, a cultura e a atenção integral à juventude, inclusive como trabalhador, não é alvo da agenda das políticas públicas, ou seja, faltam políticas que estimulem a participação do jovem na construção de sua cidadania.

A ênfase na dimensão da cidadania também é abordada por SPOSITO et al.(2006), que ressaltam a importância da apropriação e da construção dos jovens sobre sua cidadania e de políticas voltadas às suas necessidades. Assim, a cidadania seria vista como direito possibilitada pelas ações públicas participativas e articuladas, entre jovens e Políticas de Educação, Saúde e Trabalho, possibilitando à Juventude a promoção da igualdade, direito a atenção integral social, saúde e como trabalhador, educação, cultura e ao lazer.

São muitas as estratégias atualmente empregadas na mobilização pela inserção social e no trabalho de jovens, com a criação de leis e programas que permitem formas alternativas de ingresso no mercado de trabalho cada vez mais cedo. Reconhecer a realidade e fomentar esse potencial inclusivo, até mesmo pela capacidade desses programas de gerar e distribuir renda e proteção social devem ser tarefas constantes na aplicação e formulação de políticas públicas específicas para a juventude (IPEA, 2008).

ANDRADE e SANTOS (2007) corroboram com a ideia da necessidade de uma perspectiva de ações articuladas entre juventude e políticas públicas. Esses pesquisadores ainda destacam que no Brasil as essas políticas ainda se encontram em nível fragmentado, com competição interburocrática, descontinuidade administrativa e ainda dificuldades em sua implementação. Após o processo decisório de uma política pública, a formulação/decisão e implementação é linear e vertical, sem articulação com as demais políticas existentes de uma forma horizontalizada. É necessário que as políticas públicas atendam as demandas da juventude, proporcionando programas de inclusão produtiva, considerando a formação escolar e a saúde do jovem estudante trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Os jovens participantes deste estudo, integrantes de um programa de capacitação para o trabalho em uma organização não governamental da cidade de São Paulo, ingressaram no trabalho principalmente por necessidades financeiras, obtenção de experiência profissional, exigências do mercado de trabalho e pela busca de uma ocupação que lhes dê inserção social (respeito e reconhecimento por seus pares e suas famílias). Após inclusão produtiva alteraram-se as condições de vida dos jovens e de suas famílias, como: aumento da renda familiar, aquisição de alimentos de maior valor para a família, compra de vestuário para os próprios jovens, e acesso à internet.

A inserção no trabalho precocemente esteve associada a relatos de aspectos prejudiciais à saúde dos jovens, tais como, ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho, débito de sono e sonolência durante o dia e no período noturno durante as aulas, faltas e atrasos à escola noturna, falta de tempo para alimentação e atividades de lazer.

Programas diferenciados de geração de renda como o de "Aprendizagem e Estágio do Trabalho Educativo" podem auxiliar na expansão da inclusão produtiva, à medida que esses programas promovem o acesso ao mercado de trabalho, fortalecendo a renda per capita da família.

Há necessidade de articulação (intersectorial) entre as políticas públicas direcionadas à saúde, educação e trabalho, na elaboração de programas que contemplem a qualificação e inclusão produtiva de jovens, levando em consideração sua condição de desenvolvimento e priorizando a educação e formação profissional.

## REFERÊNCIAS

---

AMAZZARRAY, M.R; THOMÉ, L.D; SOUZA, A.P.L; POLLETO, M; KOLLER, S.H. Aprendiz versus trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem. *Revista Psicologia e Pesquisa*; v. 25, p.; 329-338, 2009.

ANDRADE, F. R. B; SANTOS, G.P.G. O Lugar dos Jovens na Política Global e Brasileira: discutindo mercado de trabalho e educação. In: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 2009.

BATISTA, W.R. Organizações Não Governamentais e Políticas Públicas para a Juventude: a Atuação da Patrulha Juvenil de Garça. 2009. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

Brasil. Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *Diário Oficial da União*. 20 dez 2000.

Brasil. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. 7. ed. São Paulo, 1999.

CASTRO, J.A.; SÁTYRO, N.; RIBEIRO, J. A.; SOARES, S. Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis: uma análise exploratória. In: *Texto para Discussão*, no. 1486. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 06 fev.2012.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação; Organização Internacional do trabalho. *A ocupação dos jovens no mercado de trabalho metropolitano*. São Paulo; 2006.

FACCHINI, L.A; FASSA, A.G; AGNOL, M.D; MAIA, M.F.S. Trabalho Infantil em Pelotas: perfil ocupacional e contribuição à economia. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.8,p. 953-961, 2006.

FISCHER, F.M; OLIVEIRA, D.C; TEIXEIRA, L.R; TEIXEIRA, M.C.T.V; Amaral, M.A. Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 8, p. 973-984, 2003.

FISCHER, F.M; OLIVEIRA, D.C; NAGAI, R; TEIXEIRA, L.R; LOMBARDI JUNIOR,M; LATORRE, M.R.D.O; COOPER,S.P. Job control, job demands, social support at work and health among adolescent workers. *Rev Saúde Pública*, v.39, p. 245-253, 2005.

FRANKLIN, R.N; PINTO, E.C.M.M; LUCAS, J.T; LINNÉ, M; PEIXOTO, R; SAUER, M.T.N; SILVA, C.H; NADER, P.J.H. Trabalho precoce e riscos à saúde. Revista Adolescência Latino Americana, v. 2, p. 80-89, 2001.

GALASSO, L; FISCHER, F.M. O trampo, a saúde, o futuro...: Trabalho dos adolescentes, problemas e caminhos para uma vida melhor. 1. ed. São Paulo: MPGraf; 2005.

GATTI, B. A. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GONDIM, S.M.G. Grupos Focais como Técnica de Investigação Qualitativa: Desafios Metodológicos. Revista Paidéia, v.12, n.24, p.149-161, 2002.

GORGULHO, B; MARCHIONI, D.M.L; DA CONCEIÇÃO, A.B., STELUTI, J; MUSSI, M.H; NAGAI-MANELLI, R; TEIXEIRA, L.R; LUZ, A.A; FISCHER, F.M. Quality of diet of working college students. Work, v. 41, p. 5806-5809, 2012.

GUERRA, I.C. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso. Cascais: Princípia, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009.

ILO - International Labour Organization. Children in hazardous work: What we know, what we need to do. International programme on the elimination of child labour (IPEC), 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Juventude e Políticas Sociais no Brasil: textos para discussão. Brasília, abril de 2008.

KERBAUY, M.T.M. Políticas de Juventude: Políticas Públicas ou Políticas Governamentais? Estudos de Sociologia, v. 18, p. 193-203, 2005.

LUZ, A.A. Percepção de jovens aprendizes e estagiários sobre condições de trabalho, escola e saúde após o ingresso no trabalho. Dissertação (Mestrado em Ciências). 2010. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 21 fev. 2012

NAGAI, R.; LEFÈVRE, A.M.C.; LEFÈVRE, F.; STELUTI, J.; TEIXEIRA, L.R.; ZINN, L.C.S.; SOARES, N.S.; FISCHER, F.M. Conhecimentos e práticas de adolescentes na prevenção de acidentes de trabalho: estudo qualitativo. Revista de Saúde Pública, v. 41, p. 404-411, 2007.

OLIVEIRA, D.C.; FISCHER, F.M.; MARTINS, I.S.; TEIXEIRA, M.C.T.V.; GOMES, A.M.T. Teorias do senso comum sobre o trabalho de adolescentes em São Paulo e Rio de Janeiro – Brasil. *Revista Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 5, p. 135-146, 2006. PERALVA, A.T. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, v. 5, p. 15-24, 1997.

PRO-AIM - Programa de Aprimoramento das informações de Mortalidade. Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/mortalidade>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

SARRIERA, J.C.; SILVA, M.A.; KABBAS, C.P.; LOPES, V.B. Formação da identidade ocupacional em adolescentes. *Rev. Estudos de Psicologia*, v.6, p.27-32, 2001.

SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Norma Técnica da Vigilância Alimentar e Nutricional. Disponível em: <[http://tabnet.datasus.gov.br/cgi-win/SISVAN/CNV/notas\\_sisvan.html](http://tabnet.datasus.gov.br/cgi-win/SISVAN/CNV/notas_sisvan.html)>. Acesso em: 02 fev. 2012

SANTANA, V.S.; VILLAVECES, A, BANGDWALA, S.L; RUNYAN, C.W; OLIVEIRA, P.R.A. Incidence of severe work-related injuries among young adults in Brazil: analysis of compensation data. *Injury Prevention*, Nov.16. 2011 [epub ahead of print].

SPOSITO, M.P.; SILVA, H.H.C.; SOUZA, N.A. Juventude e poder local: um balanço de iniciativas públicas voltadas para jovens em municípios de regiões metropolitanas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, p. 238-371, 2006.

TEIXEIRA, L.R.; FISCHER, F.M.; ANDRADE, M.M.M.; LOUZADA, F.M.; NAGAI, R. Sleep patterns of day-working, evening high-schooled adolescents of São Paulo, Brazil. *Chronobiology International*, v. 21, p. 239-52, 2004.

TEIXEIRA, L.R.; LOWDEN, A.; TURTE, S.L.; NAGAI, R.; MORENO, C.R.C.; LATORRE, M.R.D.O.; FISCHER, F.M. Sleep and sleepiness among working and non-working high school evening students. *Chronobiology International* v.24, p. 99-113, 2007.

VIEIRA, N. Jovens Brasileiros: o conflito entre o estudo e o trabalho e a crise de desemprego. 2001. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da USP, Piracicaba, São Paulo.